

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA DO MÊS DE JUNHO DE 2013

1 No dia 11 (onze) de junho de 2013 (dois mil e treze), às 14h45min (quatorze horas
2 e quarenta e cinco minutos) no auditório do Recinto de Exposições reuniram-se os
3 membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente- COMDEMA com a
4 presença de 16 (dezesesseis) membros à saber: Paulo José de Fazzio Junior
5 presidente do Conselho, Alexandre Batista do Carmo representante da Secretaria
6 Municipal do Meio Ambiente, Humberto Scandiuzzi representante da Secretaria
7 Municipal de Planejamento, Fernando Franco Fonseca representante da Secretaria
8 Municipal de Educação, Sandra Mourão Monnerat representante do SEMAE,
9 Sargento Emerson Cataruci representante da Policia Ambiental do Estado, Joseli
10 Maria Piranha representante da UNESP, Thais de Souza Celentano representante
11 da UNIRP, Adriana Regina Generoso representante da FATEC, Eduardo Paulo
12 Boskovitz representante da Sociedade de Medicina e Cirurgia de SJRP, Sidnei
13 Tamelini representante do SINDUSCOM, Fabiano da Silva representante da
14 COOPERLAGOS, Paulo Cesar de Jesus representante a AAMA, Paulo Tadeu de
15 Oliveira Sader representante da ACIRP, Jane Pugliesi representante do ROTAY,
16 Raul Olivari de Castro representante da Associação dos Engenheiros e Agrônomos
17 de SJRP. Justificaram ausência: Adriana Rodrigues representante da Secretaria
18 Municipal de Saúde e Vanessa Cerqueira Silva representante do DAEE. Paulo de
19 Fazzio inicia a reunião e fala que a cada reunião os integrantes menos têm
20 comparecido e que precisa reerguer o Conselho. Diz que esse é um de seus
21 objetivos. Alexandre Carmo explica sobre o Decreto de nomeação do Presidente
22 do COMDEMA, diz que o Prefeito já fez a indicação mais é necessário enviar os
23 nomes de todos os representantes das instituições para que possa ser publicado
24 um único decreto com a nova diretoria e demais entidades. Paulo de Fazzio explica
25 que tem que deixar tudo em ordem para poder trabalhar de fato e em face da
26 regulamentação do FUMDEMA irá subsidiar muitos projetos ambientais. Alexandre
27 Carmo fala dos informes, diz que o Conselho Gestor do FUMDEMA, tem que abrir
28 o CNPJ, informa que foi publicado o Decreto com a convocação para a 2ª
29 (segunda) Conferência do Meio Ambiente que será realizada nos dias 15 e 16 de
30 agosto de 2013 e que agora falta compor a Comissão Organizadora com
31 representação de 50% (cinquenta por cento) poder público 35% (trinta e cinco por
32 cento) sociedade civil e 12% (doze por cento) setor empresarial. Com aprovação
33 de todos ficou definida a Comissão com os seguintes representantes: Poder
34 Público: Prefeitura de São José do Rio Preto, Cedral, Monte Aprazível, Onda
35 Verde, Potirendaba, Santa Adélia, Tanabi e Secretaria de Estado do Meio
36 Ambiente; Sociedade Civil: UNIRP, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e
37 Agrônomos, Rotary Clube, AMMA e COOPERLAGOS; Setor Empresarial:
38 SINDUSCOM e ACIRP. Alexandre explica que essa Conferência será realizada em
39 conjunto com municípios da Região. Alexandre lê uma sugestão da Unesp para o
40 Plano Integrado de Resíduos Sólidos. Paulo de Fazzio passa para a ordem do dia
41 e explica que é necessária a indicação dos membros das entidades que estão em



42 aberto para comporem o Conselho para que possa ser enviado à Procuradoria
43 Geral do Município. Dentre as representações ainda falta 01 (um) representante de
44 classe empresarial e 01 (um) representante de classe de empregados. Paulo de
45 Fazio sugere para a classe empresarial o SENAC e para a classe de empregados
46 o SINCOMÉRCIÁRIO. Alexandre Carmo diz que vai verificar se o SENAC pode
47 representar a classe empresarial. O próximo assunto da ordem do dia é o Plano
48 Diretor de Arborização Urbana- PDAU. Érico Trindade fala da comissão que
49 estudou a proposta inicial, fazendo as adequações e que foram necessárias em
50 torno de 10 (dez) reuniões, realizadas no escritório da Jane Pugliesi, e que o grupo
51 tentou agilizar ao máximo o processo, pois esse é um projeto muito complexo.
52 Érico explica que foram necessárias as contribuições dos arquitetos da Secretaria
53 Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo para reorganização dos assuntos e
54 formatação do Plano. Érico diz que é muito importante que leigos entendam a lei e
55 por isso houve uma nova ordem nos artigos da minuta da lei. A equipe de
56 fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente também ajudou na decisão dos
57 valores das autuações. Érico fala que o grupo tentou fazer o Plano Diretor de
58 Arborização da forma mais simples possível e explica alguns artigos do Plano.
59 Citou o exemplo do corredor verde da cidade de São Paulo, pois são feitas
60 somente podas de “elevação” da copa e isso faz com que as árvores se encontrem
61 formando um corredor. Raul Olivari diz que isso aqui em Rio Preto vai revolucionar
62 e vai diminuir muito a quantidade de galhos de poda, além de colaborar em muitas
63 funções como abrigo de animais, diminuição de ruído, sombreamento,
64 aquecimento, diz ser um novo conceito em arborização. Eduardo Boskovitz fala
65 que em Maringá existe um sistema de iluminação abaixo das árvores e isso é ótimo
66 porque se tem o verde necessário e todos os benefícios das árvores também a
67 iluminação necessária durante a noite. Joseli Piranha comenta que em Rio Preto
68 existem muitos conflitos entre as árvores e as fiações, até mesmo com os outdoors,
69 e questiona se haveria a possibilidade de incluir no Plano a colocação de fiação
70 que comporte as árvores e a troca da fiação em conflito de forma gradativa. Érico
71 explica que nos novos loteamentos já é exigido a rede compactada de energia.
72 Érico explica que as podas das árvores em rede elétrica deveriam ser feitas em
73 forma de **V**, mas o que tem acontecido pelas concessionárias de serviços é a poda
74 em forma de **U** e isso faz com que as árvores demorem mais para crescerem e
75 facilita a queda de galhos. Joseli sugere que seja inserida no Plano a substituição
76 progressiva da fiação antiga pela compactada em respeito à arborização pública.
77 Érico diz que o Plano Diretor de Arborização tem que ser adaptado a cada 4
78 (quatro) anos e que o desejo é aumentar a massa arbórea e que a partir de agora
79 vai se priorizar árvores de grande porte e informa ainda que atualmente nos novos
80 loteamentos é exigido a instalação de redes compactas, nas quais são revestidas e
81 tem um formato multicomplexado. Joseli Piranha diz que é cabível a progressiva
82 adequação em função da melhoria da qualidade de vida, qualidade visual já que
83 está se planejando. Raul Olivari sugere que este apontamento feito seja
84 encaminhado ao Conselho por escrito para ser contemplado no Plano. Paulo De
85 Fazio comenta que é necessário adequar no Plano a questão do plantio de
86 árvores em calçadas menores que 01 (um) metro, desta forma ficariam

87 dispensadas do plantio para a obtenção do habite-se. Fernando Fonseca sugere
88 que o Viveiro Municipal de Mudanças seja fechado durante um período para que as
89 mudas produzidas atinjam um porte de 1,80 (um metro e oitenta centímetros) para
90 que desta forma tenha-se mudas de qualidade e com porte adequado. Comenta
91 ainda que para as pessoas retirarem as mudas será necessário um controle
92 rigoroso na distribuição, pois o Poder Público irá investir e terá que ter um
93 ordenamento. Érico fala que uma muda de um porte maior plantada na calçada
94 facilita o fluxo nas vias públicas e dificulta sua depredação. Sidnei Tamellini
95 comenta que hoje em dia a Secretaria Municipal de Obras já cobra dos moradores
96 o plantio de 01 (uma) árvore a cada 08 (oito) metros defronte as
97 edificações/residências. Na sequência Érico Trindade comenta sobre o artigo do
98 Plano que dispõe sobre as autuações, diz que no Código Florestal existe
99 autorização de poda e fala que no Plano Diretor de Arborização Urbana prevê uma
100 multa de 20 UFM (Unidade Fiscal Municipal). Fernando Fonseca fala que
101 infelizmente algumas ações tem que ser multadas para que a pessoa “sinta-se”
102 punida. Fernando pensa que o COMDEMA tem que tomar decisão sobre o valor e
103 não pensar se o valor for alto vai ser vetado, independente do valor ser exorbitante
104 deve-se ser debatido, tem que se pensar no ambiente. Diz que não se pode pensar
105 em uma tabela reduzida quando os danos causados ao ambiente não são
106 reduzidos, e também porque depois o Plano entrando em discussão na Câmara de
107 Vereadores pode diminuir o poder de negociação, então é muito importante ter os
108 valores máximos. Érico diz que esse trabalho tem que ser precedido de muita
109 divulgação. Humberto Scandiuzzi sugere que tem que ter uma primeira advertência
110 e multa só na reincidência do ato porque infelizmente muitos fiscais só querem
111 multar, inclusive cita o exemplo adotado na gestão dos resíduos da construção civil
112 quando da implantação no Município, foi criada uma advertência e se houvesse
113 uma reincidência o munícipe era autuado. Sargento Cataruci diz que na Polícia
114 Ambiental existe um valor mínimo para autuação e abaixo disso tem somente uma
115 advertência. Humberto defende este método e diz que esta seria a melhor forma de
116 disciplinar e educar a população. Fernando Fonseca fala que o morador tem a
117 obrigação de cuidar de suas árvores, se ocorrer algo que as danifique, tem que
118 comunicar à Prefeitura. Diz também que a Prefeitura tem que dar exemplo, não
119 adianta nada se o fiscal da Prefeitura quando for aplicar a multa advertir o morador
120 e não informá-lo o motivo pelo qual esta sendo autuado. Os fiscais da prefeitura
121 tem que saber orientar a população e ter bom senso na hora de multar. Fernando
122 diz que concorda com as ponderações de Humberto e do Sargento Cataruci e diz
123 que o exemplo tem que partir principalmente da Prefeitura e questiona quem
124 fiscaliza os fiscais. Thais Celentano questiona como o PDAU vai ser divulgado e
125 comenta que quem nunca precisou de um habite-se desconhece que tem que ter
126 uma árvore em frente a casa e que é necessário solicitar autorização para poda e
127 erradicação de árvores. Érico diz que o valor máximo para supressão vai ser
128 negociado. Humberto sugere que se analise a planilha da Polícia Ambiental.
129 Sandra sugere que se avalie as multas de outros órgãos da Prefeitura e verifique
130 bem essa questão porque já que a lei é para todos e muitos não tem como pagar.
131 Fernando Fonseca fala que não pode ser autorizada a erradicação só porque o



132 dono quer mudar a garagem de lugar. Paulo de Fazzio dá andamento à ordem do
133 dia e passa para a formação do grupo para analisar o Plano de Resíduos Sólidos.
134 Humberto diz que a questão dos pneus e os resíduos industriais tem que ser bem
135 analisada e questiona o que está sendo feito e o que ainda tem que fazer nessas
136 áreas. Humberto sugere que se leve a sério a questão dos resíduos e que isso seja
137 discutido em reuniões ou grupos. Fernando Fonseca diz que a formação de grupos
138 para elaboração do Plano de Resíduos não é função do COMDEMA . O Conselho
139 tem que avaliar o Plano pronto e analisar se é condizente ou não. Humberto diz
140 que sempre quis que esta discussão acontecesse no Conselho. Diz que o que se
141 apresentou foi o começo de um diagnóstico e que o Plano tem que ser discutido
142 em audiências públicas. Humberto diz ainda que muitas diretrizes importantes
143 ainda não foram discutidas e que tem que ser contempladas no Plano. Falta para
144 Prefeitura procedimentos e o COMDEMA pode dar sugestões para esses
145 procedimentos, uma vez que a POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
146 (PNRS) é a integração de todos os eixos não dá mais para fugir e não conversar
147 entre as Secretarias. Humberto diz que se hoje existe alguma diretriz é porque já
148 se fez alguma coisa mais isso tem que continuar. Paulo de Jesus questiona se os
149 Secretários comunicam-se entre si. Humberto diz que a PNRS exige isso e todos
150 tem que se adequar. Fernando comenta que todos somos políticos e que
151 independente de partido o importante é defender os interesses da sociedade e
152 como cidadão sempre buscar o melhor e a coerência dentro do Conselho e
153 precisa-se direcionar melhor o rumo dos trabalhos e daqui há 04 (quatro) anos já
154 estejam encaminhados todos os assuntos. Humberto Scandiuzi fala que a diretriz
155 do que já existe hoje foi feita/elaborada com base em resoluções e políticas
156 públicas que foram implantadas no Município e tudo foi construído com base nas
157 políticas públicas federais. Paulo de Jesus questiona porque não se coloca como
158 prioridade pedir o cercamento e proteção a montante das nascentes, pois existem
159 muitas intermitentes. Sargento Cataruci diz que pelo novo Código Florestal as
160 nascentes intermitentes ou olhos d'água não prevê proteção, atualmente só tem
161 proteção no raio das nascentes perenes. A reunião encerrou-se às 16h50min e
162 nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrado os trabalhos, lavrando-se a
163 presente ata por mim, Alexandre Batista do Carmo _____ e assinada por
164 todos os presentes abaixo nominados e referenciados.

Paulo José de Fazzio Junior

Fernando Franco Fonseca

Alexandre Batista do Carmo

Sandra Mourão Monnerat

Humberto Scandiuzi

Sargento Emerson Cataruci



Joseli Maria Piranha

Fabiano da Silva

Thais de Souza Celentano

Paulo Cesar de Jesus

Adriana Regina Generoso

Paulo Tadeu de Oliveira Sader

Eduardo Paulo Boskovitz

Jane Pugliesi

Sidnei Tamelini

Raul Olivari de Castro

Continuação da ata da reunião ordinária de junho de 2013 (folha de assinaturas).

